

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 498.117 - SP (2019/0070548-1)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
LUIS GUILHERME PEREIRA DELLEDONO - SP226676
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JAIRO DA SILVA CASTRO

DECISÃO

JAIRO DA SILVA CASTRO alega sofrer constrangimento ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo Tribunal *a quo* na Apelação n. 0023458-08.2015.8.26.0071, em que **foi desclassificada, ex officio, a conduta pela qual fora condenado o apelante.**

A defesa alega que, "na realidade, no presente caso o V. Acórdão, em razão da falta de prova segura sobre a autoria do furto, optou por alterar os fatos descritos na denúncia e proferiu a decisão, condenando o apelante pelo delito de receptação. [...] verifica-se que seria o caso de absolvição do Paciente diante não ter sido comprovada a autoria da subtração. [...] **houve evidente violação aos princípios da correlação entre a denúncia e a sentença, da ampla defesa e do contraditório**" (fls. 6-7, destaquei), razão pela qual **requer a absolvição do paciente.**

Concedida a medida liminar e prestadas as informações, foram os autos ao Ministério Público Federal, que pugnou "pela manutenção da decisão impugnada, cassando-se a liminar deferida" (fl. 56).

Decido.

Consoante bem salientado pela defesa, "[o] princípio da correlação entre a denúncia e a sentença condenatória representa uma das mais importantes garantias ao acusado, **porquanto descreve balizas para a prolação do édito repressivo ao dispor que deve haver precisa correspondência entre o fato imputado ao réu e a sua responsabilidade penal**" (AgRg no AgRg no REsp n. 1.377.430/SE, Rel. Ministro Jorge Mussi, 5ª T., DJe 12/3/2019, grifei).

Com efeito, descreve a exordial acusatória que:

[...] JAIRO DA SILVA CASTRO, qualificado nos autos,

subtraiu para si o veículo Uno, placas BSR-2903, de propriedade de Maria Regina Andrade que lá se encontrava regularmente estacionado.

A vítima havia deixado o carro no local por volta das 23:20 horas do dia anterior. Por volta das 03:00 horas tomou conhecimento de que o mesmo havia sido subtraído.

Dois dias após, dia 04 de agosto, por volta das 13:10 horas **o auto foi apreendido em poder do denunciado** (fl. 10, destaquei).

Conforme destacado pela Corte de origem, **ao desclassificar a conduta imputada** ao réu na sentença condenatória, "JAIRO disse que trocou uma moto pelo Fiat Uno [...] Narrou que pegou o documento e o recibo do veículo, e que o sujeito lhe disse que **o miolo da ignição estava quebrado, mas aceitou o veículo mesmo assim**" (fl. 34).

Asseverou, por fim, que "não é minimamente crível que, sequer em cegueira deliberada, não se desconfie de troca de automóvel, em nome de terceiro, com o miolo da ignição destruído (**sendo possível liga-lo apenas por meio de 'ligação direta'**), sendo nítida a origem ilícita do bem, para qualquer homem médio" (fl. 37, grifei).

No acórdão atacado, o Tribunal de Justiça ainda apontou que, "**após a *emendatio libelli***, lembrando-se que o réu se defende dos fatos articulados na inicial, os quais não foram alterados, conclui-se que de rigor a condenação do apelante, por receptação" (fl. 37, sublinhei).

Entretanto, observa-se, pelo exposto, que não houve simples modificação da capitulação jurídica dada aos fatos, a ensejar a *emendatio libelli*, mas verdadeira **incursão e acréscimo de circunstâncias não descritas na denúncia, sobre os quais se apoiou o Tribunal para a desclassificação**.

Afigura-se plausível a afirmação de ocorrência de *mutatio libelli* na espécie, que não prescinde da observância ao art. 384 do CPP, consoante entendimento firmado nesta Corte (v.g. **HC n. 252.008/RO**, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, DJe 22/9/2015), somente possível de efetivar-se em primeiro grau.

Em momento algum, na peça inicial, foi descrito o **elemento subjetivo** do crime de **receptação**, consistente na ciência, pelo autor do delito, de que é produto de crime a coisa que se adquire. **O aspecto anímico**

do conhecimento efetivo da origem delituosa é dado elementar do tipo e, portanto, essencial para a configuração típica.

Logo, a **inexistência de descrição fática na denúncia** que pudesse amparar a dinâmica do crime de receptação, que é absolutamente distinta do furto – máxime pela forma de aquisição da coisa (no furto há a subtração direta e na receptação, a aquisição com o conhecimento de que a coisa obtida é proveniente de crime antecedente) –, não permite, em apelação, consoante se deu na espécie, sejam agregadas circunstâncias alheias à imputação, sob pena de incorrer-se, como no caso, em *mutatio libelli*, procedimento vedado em segundo grau.

Assim, afastada, pelo Tribunal, a hipótese de furto e não sendo mais possível a correção da imputação em segundo grau, resta o reconhecimento de que o réu deve ser absolvido.

No mesmo sentido:

HABEAS CORPUS. FURTO. CONDENAÇÃO EM PRIMEIRO GRAU. AFASTAMENTO DO FURTO E CONDENAÇÃO POR RECEPTAÇÃO NO SEGUNDO GRAU. RECURSO EXCLUSIVO DA DEFESA. CIRCUNSTÂNCIAS DO SEGUNDO CRIME NÃO DESCRITAS NA DENÚNCIA. *MUTATIO LIBELLI* EM SEGUNDO GRAU. IMPOSSIBILIDADE. CORRELAÇÃO ENTRE ACUSAÇÃO E SENTENÇA. AMPLA DEFESA. CONTRADITÓRIO. ORDEM CONCEDIDA.

1. Consoante entendimento jurisprudencial, não se admite a mudança da acusação em segundo grau.

2. **Acusado da prática de crime de furto, pelo qual foi condenado em primeiro grau, não se admite, em apelação manejada apenas pela defesa, seja o réu condenado por crime de receptação, infração não descrita, a parte *objecti* e a parte *subjecti*, na denúncia do Ministério Público.**

3. Mostra-se inequívoca, na espécie, a ofensa tanto ao princípio da correspondência entre acusação e sentença, como às garantias do contraditório e da ampla defesa, tendo em vista que, pelo cotejo feito entre a narrativa posta na denúncia e a descrição utilizada no acórdão condenatório, se constata ter havido acréscimo de circunstâncias inerentes a crime de que não se defendeu o imputado, privando-o da oportunidade de se defender,

Superior Tribunal de Justiça

sob o contraditório judicial, durante a instrução criminal, dos exatos termos descritos apenas em segundo grau.

4. Habeas corpus concedido, com a absolvição do paciente (**HC n. 447.962/MG**, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Rel. p/ Acórdão Ministro **Rogério Schietti Cruz**, 6ª T., DJe 29/6/2018, destaquei).

À vista do exposto, **concedo a ordem** a fim de absolver o réu da acusação objeto deste *writ*.

Comunique-se, **com urgência**.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**